



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 324/2022

Número de referência: CGE-PRC-2022/00183 - Protocolo SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Saúde

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de cópia da nota fiscal, emitida pela empresa que presta serviço de home care, relativa ao mês de julho de 2022, contrato CGA 53/2022. Solicitante frequente. Existência de decisão judicial. Provimento negado.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 324/2022

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Saúde, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta, a Pasta informou que a cópia do contrato CGA 53/2022 já havia sido fornecida para o solicitante em outro pedido de informação e que qualquer outro pedido deveria ser solicitado judicialmente. A ausência de resposta recursal motivou o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a sanar a supressão de instância, o órgão esclareceu que informou o cidadão que "*qualquer outro pedido deveria ser solicitado através de juiz*", pois ficou estabelecido em audiência realizada no dia 13/09/2022, na Vara da Infância e da Juventude do Foro Regional de Penha da França, presidida pelo MM Juiz de Direito Dr. Paulo Roberto Fadigas César, que caso houvesse dificuldades de acesso ao serviço prestado, a parte deveria minuciar a Defensoria Pública.
4. Considerando que a Pasta informou que já encaminhou, anteriormente, o documento solicitado, e, indicou as razões de direito para a recusa total do acesso pretendido, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II, da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2015 (Lei de Acesso à Informação - LAI), ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.
5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 10 de outubro de 2022.

Classif. documental

006.03.02.001

Assinado com senha por ANTONIO CARLOS SANTA IZABEL - 10/10/2022 às 17:34:03.

CGEDES202203743A

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público